



FLUXOS MIGRATÓRIOS PARAIBANOS: síntese dos últimos 40 anos

Valdecir Teófilo Moreno

Universidade Federal da Paraíba

Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba

Silvana Nunes de Queiroz

Universidade Regional do Cariri

Resumo

O trabalho analisa a evolução dos fluxos migratórios interestaduais da e para a Paraíba, a partir da década de 1970 até 2010. Em termos metodológicos, os fluxos migratórios são separados através do número de pessoas que entraram (imigrantes) e o número de pessoas que saíram (emigrantes) do estado da Paraíba, em intervalos de dez anos. A diferença entre as entradas e saídas representa o resultado do fluxo migratório de cada uma das Unidades Federativas (UF) do País em relação ao estado da Paraíba. Nesse sentido, a troca migratória, deve ser entendida como uma proxy de saldo migratório. O cálculo do volume das migrações é feito utilizando-se como instrumento de medição a estatística descritiva das variáveis isoladas em cada edição censitária. Com os resultados do levantamento do número de imigrantes e emigrantes para todas as UF e regiões do país, constata-se redução nos fluxos de longa distância.

Palavras-chave: Fluxos migratórios. Migração de retorno. Mercado de trabalho.

MIGRATION FLOWS IN PARAIBA STATE: synthesis of the past 40 years

Abstract

The paper analyzes the evolution of interstate migration flows to and from Paraíba, from the 1970s to 2010. In terms of methodology, migration flows are separated by the number of people who entered (immigrants) and the number of people who left (migrants) the state of Paraíba, at intervals of ten years. The difference between the inputs and outputs is the result of the migration of each of the Federative Units (UF) of the country in relation to the state of Paraíba. In this sense, the migratory exchange, should be understood as a net migration of proxy. The calculation of the volume of migration is done using as a measuring

instrument descriptive statistics of individual variables in each census issue. With the results of the number of immigrants and emigrants survey for all UF and regions, it is observed reduction in long-distance flows.

Keywords: Migration flows, return migration. Job market.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre migrações internas no Brasil têm se intensificado desde a década de 1970. A partir da observação dos fluxos migratórios entre 1950 e 1970, comparando o Nordeste com as demais regiões do país, Moura (1980) chegou à conclusão de que as consequências dos deslocamentos podem ser notadas pelo inchaço populacional de algumas cidades e esvaziamento do campo, e fatores não mensuráveis elevam a complexidade dos fluxos migratórios, pois vários elementos que provocam transformações sociais e econômicas acabam por refletirem na dinâmica de migração.

Nesse mesmo caminho, a partir da análise dos dados da PNAD (1996), Baeninger (1999) discorre sobre os espaços ganhadores e perdedores no processo migratório. A autora chama a atenção para uma inflexão no crescimento das metrópoles brasileiras, a partir dos anos 1980, por outro lado, constata-se o aumento das migrações de curta distância, o esgotamento da migração para as chamadas fronteiras agrícolas, diminuição das migrações inter-regionais e intensificação do movimento migratório de retorno.

A realização do estudo tem como pressuposto que as origens e direções dos fluxos migratórios são decorrentes do processo histórico de desenvolvimento (PATARRA, 2011; SINGER, 1981). Nesse contexto, o presente texto justifica-se tendo em vista as mudanças ocorridas na economia nacional e na paraibana nas últimas décadas, que implicaram em novas relações inter-regionais na economia brasileira. Isto é, as crises vivenciadas pela economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, afetaram mais fortemente o centro dinâmico da economia nacional e seu mercado de trabalho, reduzindo a sua capacidade de atração de fluxos migratórios inter-regionais, particularmente aqueles procedentes da região Nordeste (BRITO, 2007; FAUVRELLE e TARGINO, 2011).

Além dessa introdução, o artigo contempla mais quatro seções. A segunda aborda a metodologia utilizada na elaboração do trabalho. A terceira sumariza a fundamentação teórica. A quarta apresenta os resultados encontrados e a sua análise. Na última, estão expostas as principais conclusões do artigo.

METODOLOGIA

A denominação de migrante foi utilizada segundo o conceito de última etapa, isto é, levando em consideração a condição de residência: nasceu em um município, mas morou em outro. Quanto ao tempo de migração, é observada a Unidade

Federativa – UF de residência anterior do entrevistado, dez anos antes da data do Censo Demográfico.

Inicialmente, é calculado o número de emigrantes e imigrantes em cada período censitário, compondo o que será chamado de saldo migratório (Saldo Mi)¹. A matriz migratória de origem e de destino é calculada pelo cruzamento entre o tempo de residência na UF (há menos de dez anos) e o lugar (UF) de última residência. Com isso, é possível captar o último movimento do indivíduo dentro do período intercensitário, detalhando a quantidade de indivíduos, por UF, que entraram e que saíram do estado da Paraíba em cada década.

Os dados necessários para elaboração do trabalho foram obtidos a partir dos microdados dos censos demográficos realizados pelo IBGE entre 1970 e 2010. As informações colhidas estão apresentadas sob a forma de tabela e de gráficos.

MIGRAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: ABORDAGEM TEÓRICA

A abordagem neoclássica da migração afirma ser o processo migratório determinado pelos diferenciais de salário entre regiões. Esses fluxos contribuem para a equalização dos níveis de remuneração ao longo do tempo. Além disso, coloca ênfase nas decisões individuais de migrar. Ao contrário, a abordagem histórico-estrutural afirma que a decisão de migrar não é deve ser concebida no âmbito individual, mas depende de uma conjuntura que envolve fatores diversos como momento histórico, situação econômica do período em que os fluxos ocorrem, estrutura familiar e outros elementos estruturais. Por outro lado, ao contrário da visão neoclássica, entende que as migrações contribuem para o aprofundamento das desigualdades espaciais (MYRDAL, 1972).

Embora Marx não tenha elaborado uma reflexão específica sobre a mobilidade espacial da força-de-trabalho, na sua análise sobre a constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista, ele aporta contribuições importantes para a discussão sobre as migrações. Já na sua análise sobre o processo da acumulação primitiva, isto é a separação do produtor direto em relação aos meios de produção, a questão da migração está presente. Uma vez despossuído dos meios de produção, o produtor direto (no contexto da economia inglesa, tratava-se do camponês e do artesão) era expulso da terra e obrigado a migrar. Esse processo foi fundamental para a transformação da força de trabalho em mercadoria. Isto é, tinha que preencher os requisitos necessários para se apresentar no mercado de trabalho isto é ser portadora de liberdade, no duplo sentido especificado por Marx: liberdade negativa – estar livre dos meios de produção de modo que para sobreviver tem que ser vendida no mercado; e liberdade positiva: não deve pertencer a ninguém outrem que não ao trabalhador, de modo a poder estabelecer contrato de venda juridicamente válido:

Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (MARX, 1980, p.189).

Vê-se, portanto, que a mobilidade espacial do trabalho está relacionada com a formação e constituição do mercado de trabalho capitalista. Mas a mobilidade do trabalho não é um requisito apenas desta fase inicial da produção capitalista. Ela é um mecanismo necessário para a continuidade da acumulação de capital. Com efeito, o capital tem necessidade de subordinar a força de trabalho às suas necessidades. Daí a importância da constituição do exército industrial de reserva que permite o deslocamento de “grandes massas humanas” para as regiões onde a produção está em expansão “sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos.” (MARX: 1980, p.734). A formação do exército industrial de reserva dá-se “pelo simples processo de ‘liberar’ continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção ampliada”. (Idem, p. 735)

A mobilidade do trabalho para atender às necessidades da acumulação pode se manifestar em três dimensões, de acordo com Gaudemar (1977): a mobilidade em relação ao tempo, em relação ao setor e em relação ao espaço:

a) A primeira forma de liberdade diz respeito à disponibilidade que o trabalhador deve ter de seu tempo segundo os interesses do capital; expressa na implantação dos turnos de trabalho, tendo em vista aumentar a rotação do capital. Isto é, o trabalhador não pode fazer exigências quanto ao seu horário de trabalho. Ele é definido pelos interesses da unidade produtiva. O incremento desta forma de mobilidade do trabalho é atestado, atualmente, pelo crescimento das empresas que agenciam o trabalho temporário.

b) A segunda forma relaciona-se com a mobilidade quanto ao conteúdo do seu trabalho, de modo a poder ser deslocado de um setor produtivo para outro. Essa dimensão da mobilidade ganha uma maior dimensão nos tempo da chamada acumulação flexível, quando o trabalhador deve se revestir da multifuncionalidade, de acordo com o modelo toyotista (HARVEY, 1994).

c) A terceira forma diz respeito à mobilidade espacial, ou mais especificamente à migração. Isto é, o trabalhador deve estar disponível para se deslocar para as regiões onde há a necessidade de sua presença para viabilizar a acumulação de capital.

Desta forma, o trabalhador deve adequar-se às necessidades exigidas pelo capital (HARVEY, 2013 p.487); seja em termos de horas trabalhadas e/ou turno de

trabalho, seja em relação às condições mínimas exigidas no novo posto de serviço, ou ainda no espaço onde há necessidade de sua presença. Somam-se a isto as variações de mercado que surgem dentro dos setores da economia como o fechamento ou a geração de novos postos de trabalho em virtude da implantação de novas tecnologias, fazendo com que o trabalhador se torne cada vez menos exigentes quanto ao conteúdo do seu trabalho.

Gaudemar (1977) afirma que os processos de mobilidade do trabalhado não são espontâneos, mas sim forçados pelo sistema capitalista que necessita constantemente de elevar o excedente de produção. Daí, a migração ser considerada como um fenômeno social necessário para se atingir o mais alto é nível possível de produção e extração do excedente econômico.

Nesse contexto, a mobilidade espacial do trabalho é um processo social determinado pela diferença do ritmo e do nível da acumulação entre áreas do espaço socioeconômico. Os movimentos migratórios se originam nas áreas deprimidas do sistema e se dirigem para aquelas áreas onde se dá com mais intensidade o processo de acumulação de capital (SINGER, 1981). Daí ser vista, na aparência do fenômeno, como um deslocamento populacional no espaço determinado pelos diferenciais de renda e de salários. Por outro lado, a dinâmica migratória em vez de eliminar as desigualdades de renda entre as regiões tende a aprofundá-las. Assim, a abordagem difere da visão neoclássica, segundo a qual a força de trabalho se desloca de regiões defasadas em termos de rendimento e/ou bem estar para outra que de melhores retornos, estes movimentos são vistos como processos de ajustamento em direção ao equilíbrio ótimo.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARAIBANOS

Fluxo migratório interestadual para o período 1960 a 1970

O período entre 1960 e início de 1970, particularmente entre 1968 e 1970, foi marcado por expressivo crescimento da economia brasileira. Nessa época, o Brasil encontrava-se em intenso processo de industrialização, retirando do campo grande quantidade de pessoas em busca de trabalho nas cidades, reforçado pela modernização da agropecuária e de fatores políticos (repressão aos movimentos sociais rurais) e jurídico-trabalhistas, decorrentes do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Essa dinâmica de transferência possibilitou, pela primeira vez, a população urbana superar a rural (BRITO, 2007). A Paraíba, dentro do contexto dos fluxos interestaduais, atuava como um dos estados que mais fornecia mão de obra, enviando migrantes para a maioria dos estados do país. Nesse contexto, entre 1960/1970, o maior volume do fluxo de imigração procedeu da própria região Nordeste (89,64%), enquanto que o maior fluxo de emigração foi para o Sudeste (46,47%). Em nível estadual, o Rio de Janeiro foi o destino preferido dos paraibanos, compondo 32,72% do fluxo. Em segundo lugar, está o estado de Pernambuco, que faz fronteira com a Paraíba, recebendo 19,07% das emigrações.

Cabe ressaltar que dentre as unidades federativas da região Centro-Oeste, o Distrito Federal recebeu cerca de 7% do total do fluxo, período em que Brasília ainda se encontrava em construção.

Tabela 1 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado da Paraíba – 1960/1970 (última etapa)

Estados e Regiões	Imigração		Emigração		Saldo (I-E)
	Imig. (I)	(%)	Emig (E)	(%)	
Rondônia	51	0,05	246	0,08	-195
Acre	15	0,01	53	0,02	-38
Amazonas	129	0,12	359	0,11	-230
Roraima	24	0,02	42	0,01	-18
Pará	122	0,12	867	0,27	-744
Amapá	36	0,04	112	0,03	-76
NORTE	378	0,36	1.678	0,52	-1.301
Maranhão	662	0,64	4.196	1,30	-3.534
Piauí	706	0,68	1.877	0,58	-1.171
Ceará	8.534	8,23	21.138	6,54	-12.604
Rio Grande do Norte	33.179	32,01	28.640	8,86	4.539
Pernambuco ¹	46.863	45,21	61.620	19,07	-14.757
Alagoas	1.191	1,15	4.168	1,29	-2.977
Sergipe	511	0,49	537	0,17	-26
Bahia	1.282	1,24	14.156	4,38	-12.874
NORDESTE	92.926	89,64	136.332	42,19	-43.406
Minas Gerais	751	0,72	4.012	1,24	-3.261
Espírito Santo	62	0,06	311	0,10	-249
Rio de Janeiro	4.676	4,51	105.746	32,72	-101.070
São Paulo	2.929	2,83	40.098	12,41	-37.169
SUDESTE	8.419	8,12	150.168	46,47	-141.749
Paraná	651	0,63	4.744	1,47	-4.093
Santa Catarina	35	0,03	41	0,01	-6
Rio Grande do Sul	374	0,36	76	0,02	298
SUL	1.060	1,02	4.861	1,50	-3.802
Mato Grosso	119	0,11	2.400	0,74	-2.281
Goiás	370	0,36	5.202	1,61	-4.832
Distrito Federal	392	0,38	22.498	6,96	-22.106
CENTRO OESTE	881	0,85	30.100	9,31	-29.219
TOTAL	103.663	100,00	323.139	100,00	-219.476

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 1970.

Deve-se lembrar que as regiões Norte e Centro-Oeste também atraíam migrantes paraibanos em virtude da expansão da sua fronteira agrícola e da construção de Brasília no caso no Centro-Oeste (MOREIRA, 1978). Com isso, o saldo migratório negativo (-219.476) permite classificar a Paraíba como perdedora de população. Somente para o Rio Grande do Sul, o número de imigrantes supera o número de emigrantes, com saldo positivo em 298 pessoas.

Fluxo migratório interestadual para o período 1970 a 1980

O processo de industrialização da década de 1960 promoveu algumas alterações no cenário das migrações internas (veja Tabela 2). Um novo contexto urbano-rural começou a se delinear com problemas estruturais que surgem juntamente com os novos padrões de relações sociais, de produção e de estilo de vida.

Tabela 2 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado da Paraíba – 1970/1980 (última etapa)

Regiões e Estados	Imigração		Emigração		Saldo (I-E)
	Imigração (I)	(%)	Emig (E)	(%)	
Rondônia	133	0,12	782	0,23	-649
Acre	101	0,09	102	0,03	-1
Amazonas	455	0,41	996	0,29	-541
Roraima	64	0,06	253	0,07	-189
Pará	625	0,57	3.132	0,91	-2.507
Amapá	77	0,07	105	0,03	-28
NORTE	1.455	1,32	5.370	1,56	-3.915
Maranhão	1028	0,93	3.731	1,08	-2.703
Piauí	894	0,81	1.803	0,52	-909
Ceará	8663	7,84	14.083	4,09	-5.420
Rio G. do Norte	20833	18,84	30.195	8,77	-9.362
Pernambuco	35151	31,79	44.157	12,83	-9.006
Alagoas	2007	1,82	3.101	0,90	-1.094
Sergipe	509	0,46	846	0,25	-337
Bahia	3386	3,06	16.472	4,79	-13.086
NORDESTE	72.471	65,55	114.388	33,24	-41.917
Minas Gerais	1156	1,05	2.927	0,85	-1.771
Espírito Santo	154	0,14	539	0,16	-385
Rio de Janeiro	17747	16,05	97.197	28,24	-79.450
São Paulo	10905	9,86	91.778	26,67	-80.873
SUDESTE	29.962	27,10	192.441	55,92	-162.479
Paraná	1068	0,97	1.546	0,45	-478
Santa Catarina	154	0,14	189	0,05	-35
Rio G. do Sul	326	0,29	394	0,11	-68
SUL	1.548	1,40	2.129	0,62	-581
Mato Gr. Sul	286	0,26	875	0,25	-589
Mato Grosso	138	0,12	498	0,14	-360
Goiás	1105	1,00	5.246	1,52	-4.141
Distrito Federal	3591	3,25	23.184	6,74	-19.593
CENTRO-OESTE	5.120	4,63	29.803	8,66	-24.683
TOTAL PARAÍBA	110.556	100,00	344.131	100,00	-233.575

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 1980.

Na busca por soluções, algumas ações planejadas foram implantadas pelo governo da época. Com o objetivo de organizar a ocupação do território nacional via colonização dirigida, foi criado o Programa de Integração Nacional – PIN, através do decreto de lei nº1106 de 1970, com o propósito de estimular a migração para a região Amazônica. Para facilitar o deslocamento entre as regiões menos atrativas, importantes rodovias interestaduais foram criadas, como a BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, a BR-174 que une Manaus a Boa Vista, e a construção da Transamazônica (BR-230), com início na cidade de Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas.

O resultado de todas essas ações parece ter refletido na dinâmica dos fluxos migratórios por estado e por região na década de 1970 (tabela 2). Inicialmente, observa-se um aumento de 6,65% no volume total da imigração paraibana. Em termos percentuais, o número de imigrantes vindo da região Sudeste saltou de 8,12% para 27,10%, um aumento expressivo de cerca de 300%. O deslocamento para a mesma região subiu de 46,47% para 55,92%. A região Nordeste concentrou as maiores taxas do volume de imigrantes e emigrantes paraibanos no período.

A conveniência da condição das migrações de curta distância, associada ao aumento das possibilidades, resultantes das ações governamentais nas regiões citadas anteriormente, podem ter contribuído para este aumento. Observa-se que 65,55% do total das imigrações são dos estados que fazem fronteira com a Paraíba, destas, 31,79% são de Pernambuco e 18,84% são do Rio Grande do Norte, o que constitui um processo de transbordamento das fronteiras. Em relação à região Norte, o volume das emigrações salta de 0,52% para 1,56%, chegando a superar a emigração para a região Sul do País, que representa apenas 0,62% do total. Apesar de todas as ações e programas de governo, a Paraíba continuou perdendo migrante (passou de -219.476 entre 1960/1970 para -233.575 no decênio 1970/1980), com saldo negativo com todos os estados.

Fluxo migratório interestadual para o período 1980 a 1990

Nos anos 1980, mudanças nos movimentos das migrações internas e nos fluxos migratórios de longa distância apontam para uma trajetória de diminuição dos saldos migratórios. O país mergulha em uma crise econômica com redução do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do endividamento internacional, ocorrência de hiperinflação e início de um período de recessão prolongada (GREMAUD, VASCONCELLOS; TOMETO JUNIOR, 2012). Para Brito (2007), tais mudanças levaram à internacionalização da economia, alterando o processo de acumulação de capital no período, causando uma desconcentração industrial, que repercutiu na formação dos aglomerados metropolitanos.

Os fluxos migratórios para a região Sudeste, mais especificamente para os polos industriais de Rio de Janeiro e São Paulo, continuaram altos, porém, apresentando reduções (Tabela 3). Outros fluxos começam a se destacar em direção às fronteiras agrícolas, principalmente na região Norte, influenciados pelo garimpo e pelas empresas mineradoras (GONÇALVES, 2001).

Tabela 3 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado da Paraíba – 1981/1991 (última etapa)

Estados e Regiões	Imigração		Emigração		Saldo Mi (I-E)
	Imig. (I)	(%)	Emig (E)	(%)	
Rondônia	1.458	0,81	3.539	1,19	-2.081
Acre	133	0,07	376	0,13	-243
Amazonas	781	0,43	1.292	0,44	-511
Roraima	273	0,15	735	0,25	-462
Pará	2.021	1,12	4.058	1,37	-2.037
Amapá	10	0,01	357	0,12	-347
Tocantins	126	0,07	994	0,33	-868
NORTE	4.803	2,67	11.351	3,82	-6.548
Maranhão	2.082	1,16	3.519	1,19	-1.437
Piauí	1.755	0,98	1.738	0,59	17
Ceará	9.698	5,39	12.473	4,20	-2.775
Rio G. do Norte	21.915	12,18	32.579	10,97	-10.664
Pernambuco	42.199	23,46	42.720	14,39	-521
Alagoas	2.846	1,58	3.316	1,12	-470
Sergipe	721	0,40	1.446	0,49	-725
Bahia	7.221	4,01	11.046	3,72	-3.825
NORDESTE	88.437	49,16	108.837	36,66	-20.400
Minas Gerais	1.702	0,95	3.262	1,10	-1.560
Espírito Santo	257	0,14	769	0,26	-512
Rio de Janeiro	35.386	19,67	52.841	17,80	-17.455
São Paulo	38.831	21,59	90.329	30,42	-51.498
SUDESTE	76.174	42,35	147.201	49,58	-71.027
Paraná	833	0,46	1.396	0,47	-563
Santa Catarina	335	0,19	462	0,16	-127
Rio G. do Sul	643	0,36	626	0,21	17
SUL	1.811	1,01	2.484	0,84	-673
Mato Gr. Sul	353	0,20	864	0,29	-511
Mato Grosso	379	0,21	1.352	0,46	-973
Goiás	1.716	0,95	6.521	2,20	-4.805
Distrito Federal	6.205	3,45	18.300	6,16	-12.095
CENTRO OESTE	8.653	4,81	27.037	9,11	-18.384
TOTAL	179.879	100,00	296.910	100,00	-117.031

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991.

A criação do Tocantins, em 1988, pode ter contribuído para o processo migratório inter-regional. Esse novo estado atraiu migrantes não somente do Nordeste, mas de todas as regiões do país.

Vale ressaltar que, no mesmo período, observa-se uma elevação na taxa de migração de retornoⁱⁱ. No caso da Paraíba, ela salta de 25,48%, no período 1970-80, para 52,47%, no período de 1981-91 (PINTO e BAENINGER,1999 p.161),

apresentando arrefecimento na sua perda populacional, com o saldo migratório declinando expressivamente de -233.575 para -117.031, entre 1970/1980 e 1981/1991, respectivamente (Tabela 3).

Em nível estadual São Paulo e o Rio de Janeiro continuam absorvendo o maior número de emigrantes (Tabela 3), apesar de São Paulo ter a preferência de aproximadamente 1/3 dos paraibanos (30,42%). Por sua vez, o Rio de Janeiro teve um expressivo aumento no número de emigrantes, elevando a sua participação de 7,45%, no Censo de 1980, para 17,80% registrados no Censo de 1991. Somente com os estados do Rio Grande do Sul e do Piauí à Paraíba obteve saldo positivo.

Fluxo migratório interestadual para o período 1990 a 2000

O Brasil adentra a década de 1990 prometendo realizar ações direcionadas para a retomada do controle inflacionário. O resultado propiciou uma relativa estabilidade econômica, mas com alta taxa de desemprego e baixo crescimento econômico. Entre as medidas tomadas estão a abertura e integração da economia brasileira com o mercado externo; privatizações de empresas estatais; valorização cambial além da expansão das práticas de comércio interno e externo etc. (BRUM, 1998; GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JR, 2002).

Nesse sentido, conforme dados da tabela 5, a migração paraibana apresenta mudanças que acompanham a nova dinâmica econômica e, pela primeira vez, o número de imigrantes paraibanos procedentes da região Sudeste (46,77%) superou os procedentes da região Nordeste (43,74%), contrapondo aos fatores de imigração ligados ao raio de deslocamento, ou seja, as imigrações de longa distância superaram as de curta distância.

A situação econômica-social vivenciada neste período pode ter contribuído para alterações nos fluxos de imigração, como por exemplo, a adoção de políticas econômicas restritivas que levaram ao aumento das taxas de desemprego, a precarização do trabalho e a perda de direitos trabalhistas adquiridos desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no governo de Getúlio Vargas em 1943 (DEDECCA, 2005; VASCONCELOS e MOREIRA, 2015).

Em relação ao fluxo migratório, os estados do Acre na região Norte, Pernambuco e Alagoas na região Nordeste, apresentam saldo migratório positivo com a Paraíba, ou seja, a Paraíba começa a receber mais migrantes do que envia para estes. São Paulo aparece com o maior volume de imigrantes do período, 28,43%, superando o volume de imigrantes dos estados vizinhos, que em períodos anteriores detinham os maiores percentuais de imigração. A região Sudeste continua mantendo a preferência das emigrações (59,45%). O estado de São Paulo registrou o maior percentual (32,06%) e o Rio de Janeiro (25,80%). A região Nordeste também foi a que mais enviou migrantes, e manteve o ritmo de crescimento, ao sair de 8,12% registrado em 1970, para 46,77%, em 2000 (Tabela 5).

Tabela 5 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado da Paraíba – 1990/2000 (última etapa)

Estados e Regiões	Imigração		Emigração		Saldo Mi (I-E)
	Imig. (I)	(%)	Emig (E)	(%)	
Rondônia	1.49	0,67	2.09	0,57	-600
Acre	368	0,17	249	0,07	119
Amazonas	1.346	0,60	1.354	0,37	-8
Roraima	566	0,25	1.161	0,32	-595
Pará	1.756	0,79	2.845	0,78	-1.089
Amapá	276	0,12	441	0,12	-165
Tocantins	548	0,25	1.33	0,36	-782
NORTE	6.35	2,85	9.47	2,59	-3.12
Maranhão	2.146	0,96	3.538	0,97	-1.392
Piauí	1.141	0,51	1.347	0,37	-206
Ceará	10.411	4,68	11.448	3,13	-1.037
Rio G. Norte	22.245	10,00	32.786	8,96	-10.541
Pernambuco	49.866	22,41	44.567	12,18	5.299
Alagoas	2.654	1,19	2.52	0,69	134
Sergipe	1.129	0,51	1.571	0,43	-442
Bahia	7.742	3,48	9.609	2,63	-1.867
NORDESTE	97.335	43,74	107.386	29,35	-10.051
Minas Gerais	2.032	0,91	4.994	1,36	-2.962
Espírito Santo	489	0,22	843	0,23	-354
Rio de Janeiro	38.293	17,21	94.393	25,80	-56.1
São Paulo	63.273	28,43	117.288	32,06	-54.015
SUDESTE	104.087	46,77	217.518	59,45	-113.431
Paraná	1.337	0,60	1.961	0,54	-624
Santa Catarina	272	0,12	799	0,22	-527
Rio G. do Sul	604	0,27	1.257	0,34	-653
SUL	2.214	0,99	4.017	1,10	-1.803
Mato Gr. Sul	905	0,41	952	0,26	-47
Mato Grosso	763	0,34	1.874	0,51	-1.111
Goiás	2.847	1,28	9.883	2,70	-7.036
Distrito Federal	8.046	3,62	14.761	4,03	-6.715
CENTRO OESTE	12.561	5,64	27.47	7,51	-14.909
TOTAL	222.547	100,00	365.861	100,00	-143.314

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2000.

A Paraíba registrou um aumento no número de imigrantes procedentes de todas as regiões do país e apresentou saldo positivo nas trocas migratórias com três estados, Acre, Alagoas e Pernambuco. Cabe ressaltar a inversão do fluxo migratório com o estado de Pernambuco, deixando de ser uma área exclusivamente fornecedora de mão de obra.

O período é marcado pela melhoria no bem-estar, a população com dez anos ou mais teve o rendimento médio aumentado em 28% nas classes menos favorecidas

e a proporção de pobres baixou de 44,09% para 33,23% (MAGNO; SILVA, 2013). Isto impactou positivamente a região Nordeste do Brasil, que na década anterior concentrava um dos maiores índices de pobreza do país, fazendo baixar de 64% para 52% entre os anos de 1993 e 1995.

As pesquisas de Maciel et al. (2008) mostraram, por meio de modelos de calibração, que dentre as regiões brasileiras, o Nordeste aparece como a de maior crescimento do PIB per capita entre os anos de 1985 e 1995. Dentro deste contexto, apesar do momento de crise, que afetava os grandes centrosⁱⁱⁱ, a indústria paraibana cresceu 7,7%, elevando a produção em 2,6% entre 1990 e 1995, tornando-se um referencial de emprego entre os estados da região Nordeste na década 1990-2000.

Fluxo migratório interestadual para o período 2000 a 2010

A Paraíba entra no século XXI, com indicativo de tendência de reversão da sua posição histórica de perda populacional, ao arrefecer significativamente o seu saldo migratório negativo, e ao apresentar pela primeira vez saldo migratório positivo em relação a algumas regiões (Tabela 6).

Tabela 6 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado da Paraíba – 2000/2010 (última etapa)

Estados e Regiões	Imigração		Emigração		Saldo Mi (I-E)
	Imig. (I)	(%)	Emig (E)	(%)	
Rondônia	1.091	0,56	1.621	0,61	-530
Acre	90	0,05	128	0,05	-38
Amazonas	996	0,51	981	0,37	15
Roraima	477	0,24	907	0,34	-430
Pará	2.127	1,09	2.349	0,88	-222
Amapá	307	0,16	248	0,09	59
Tocantins	449	0,23	1.238	0,46	-789
NORTE	5.539	2,84	7.472	2,80	-1.933
Maranhão	1.946	1,00	2.587	0,97	-641
Piauí	1.492	0,76	1.317	0,49	175
Ceará	9.815	5,03	9.896	3,71	-81
Rio G. Norte	20.081	10,28	26.348	9,88	-6.267
Pernambuco	44.363	22,72	34.989	13,12	9.374
Alagoas	2.556	1,31	2.337	0,88	219
Sergipe	946	0,48	1.542	0,58	-596
Bahia	6.122	3,13	8.228	3,08	-2.106
NORDESTE	87.321	44,71	87.244	32,71	77
Minas Gerais	2.739	1,40	6.094	2,28	-3.355
Espírito Santo	379	0,19	1.009	0,38	-630
Rio de Janeiro	33.485	17,15	56.304	21,11	-22.819
São Paulo	50.366	25,79	79.830	29,93	-29.464

SUDESTE	86.968	44,53	143.237	53,70	-56.269
Paraná	1.342	0,69	2.661	1,00	-1.319
Santa Catarina	926	0,47	2.732	1,02	-1.806
Rio G. do Sul	1.556	0,80	1.301	0,49	255
SUL	3.824	1,96	6.694	2,51	-2.870
Mato Gr. Sul	1.091	0,56	811	0,30	280
Mato Grosso	548	0,28	2.290	0,86	-1.742
Goiás	2.739	1,40	9.102	3,41	-6.363
Distrito Federal	7.261	3,72	9.868	3,70	-2.607
CENTROOESTE	11.638	5,96	22.071	8,28	-10.433
TOTAL	195.290	100,00	266.718	100,00	-71.428

Na região Norte, os estados do Amazonas e do Amapá enviaram mais pessoas para a Paraíba do que receberam. No Nordeste, os estados do Piauí, Alagoas e Pernambuco, com destaque para este último, tiveram comportamento similar. Saldo positivo também ocorre com o estado do Rio Grande do Sul, na região Sul e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste. A única região que manteve o saldo negativo para todos os estados e em todos os Censos desde 1970 foi a região Sudeste.

Vale destacar que os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, apesar de continuarem sendo os que mais atraem os paraibanos, com 53,70% de todas as emigrações do estado, são também os com maior número de imigrações para a Paraíba. São Paulo contribuiu com 25,79% das imigrações, seguido de Pernambuco com 22,72% e Rio de Janeiro com 17,15%. Em termos gerais, o maior volume de imigrantes foi procedente da própria região (44,71%), retomando a primazia do fluxo da migração de curta distância, porém com praticamente o mesmo percentual (44,53%) da região Sudeste, evidenciando a persistência, embora menos intensa da migração de longa distância.

As regiões Sudeste e Nordeste sempre foram os principais destinos dos fluxos migratórios paraibanos. A diminuição no quantitativo de emigrantes da Paraíba em direção ao Sudeste pode ser analisada, de um lado, a partir do processo econômico que possibilitou a expansão do número de vagas de emprego no próprio estado (TARGINO, 2015), e do outro lado, a crise econômica que afetou mais o Sudeste, nos anos 1980 e, notadamente, na década de 1990, reduzindo o seu poder de atração.

No caso da migração para os demais estados do Nordeste, a proximidade com os estados vizinhos facilita o deslocamento intra-regional. Enquanto que no caso do fluxo Nordeste-Sudeste, justifica-se por ser a região mais rica do País, que gera expectativas de melhores oportunidades de renda, emprego e educação, o que parece compenstar a longa distância.

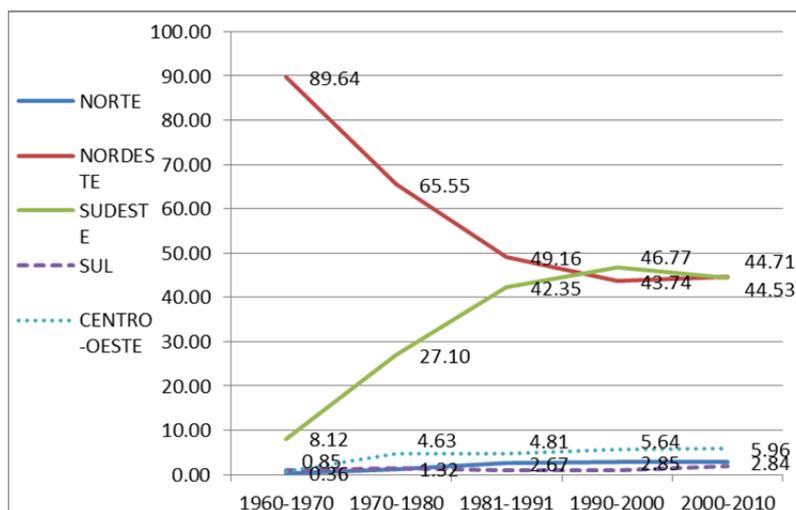
A diminuição do saldo negativo confirma o indicativo de que a Paraíba, paulatinamente, apresenta tendência de reversão da condição de fornecedor de migrante. Neste sentido, vale destacar que pela primeira vez desde a década de 1960, a Paraíba registra saldo migratório positivo, ainda que de pequena

dimensão, com o conjunto da região Nordeste. Os saldos migratórios no período de 1960 a 2010 corroboram a constatação de Pereira e Tuma Filho (2011), de que os estados nordestinos estão reduzindo seus saldos negativos de migração.

Embora a tendência seja comum a todas às regiões, dois casos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a forte retração do saldo migratório com a região Sudeste, principal polo de atração dos emigrantes paraibanos. Em segundo lugar, a reversão da tendência com a região Nordeste, com o registro de um saldo positivo, ainda que pequeno. Para tanto, de um lado, a partir do arrefecimento do crescimento da economia do Sudeste, particularmente de São Paulo, pois as crises das décadas de 1980 e 1990 afetaram mais profundamente o centro hegemônico da economia nacional, reduzindo o poder de atração daquela região, e, de outro lado, o maior dinamismo da economia paraibana que tem conseguido reter um contingente maior de sua população no mercado de trabalho local (FAUVRELLE e TARGINO, 2011).

O crescimento da imigração para a Paraíba procedente, majoritariamente, da região Sudeste (grande responsável pela redução do saldo migratório negativo do estado), alterou a evolução da participação dos migrantes procedentes de cada região que se fixaram na Paraíba. Como pode ser visto na Figura 1, no início da série em análise, os fluxos procedentes da região Nordeste representavam 89,64%, em 1970, declinando para 44,71%, em 2010, apesar do nível absoluto desses imigrantes ter se mantido praticamente no mesmo patamar. Em contraste, os imigrantes procedentes do Sudeste que representavam 8,02%, em 1970, alcançam praticamente o mesmo percentual do registrado para o Nordeste no censo de 2010. As demais regiões mantêm um fluxo levemente crescente e com baixa participação na imigração total no estado.

Figura 1 - Paraíba: Evolução do fluxo das imigrações por região.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das amostras dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

CONCLUSÕES

Conclui-se pela análise dos fluxos por estados e por regiões que a Paraíba, paulatinamente, está deixando de perder população e começa a receber imigrantes em percentuais cada vez mais elevados, principalmente da região Sudeste e do estado de Pernambuco.

Dentro do contexto dos fluxos interestaduais, a Paraíba atuava como um dos estados que mais fornecia mão de obra para outras regiões e estados do país, em termos relativos. Essa dinâmica manteve-se praticamente inalterada até a década de 1980, quando, para alguns estados, passou a apresentar um fluxo migratório positivo. A região que mais recebeu paraibanos foi o Sudeste, e entre os estados, São Paulo e Rio de Janeiro.

As alterações de fluxo migratório começam a serem notadas no censo de 1980, com destaque para o aumento do número de imigrantes vindos da região Sudeste, ao mesmo tempo em que ocorre uma redução no número das migrações para aquela região. Alguns fatos registrados na década de 1980 podem ter contribuído para esta situação. Entre eles, mudanças na política econômica que levaram à retração da taxa de crescimento econômico e menor concentração das atividades econômicas no polo hegemônico da economia brasileira.

Na última década do século XX, o estado de São Paulo foi o que mais enviou migrantes para Paraíba, superando os estados vizinhos, que em períodos anteriores, detinham os maiores percentuais de imigração. A Paraíba apresentou um aumento no fluxo de imigrantes, arrefecendo o saldo negativo dos fluxos migratórios. Destaca-se a inversão da perda de migrantes para Pernambuco, apesar de São Paulo continuar sendo o que recebe maior número de emigração paraibana.

Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o preenchimento de parte de uma lacuna, em relação às informações de migrações interestaduais relacionadas ao estado da Paraíba. Em tal contexto, espera-se que novos estudos possam dar continuidade a esse trabalho, a partir do entendimento das consequências que os cenários político e social provocam em termos de mobilidade.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Taller CELADE de Migración Interna: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. Brasília, 2007.

BRITO, F.; GARCIA, R. A.; SOUZA, R.G.V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2004.

BRUM, Argemiro, J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAEDomíciliar 2.0). Disponível em: <<http://www.cnaedom.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10.02.2013.

_____. Última etapa de divulgação do Censo 2000 traz os resultados definitivos, com informações sobre os 5.507 municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 15.03.2012.

_____. Censo 2010: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2_018&id_pagina=1>. Acesso em: 15.03.2012.

_____. Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1>. Acesso em: 10.03.2012.

_____. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (org.) Estudos e análises informação demográfica e socioeconômica, nº 1. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. (2007). Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE), versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 1991. Rio de Janeiro, 1992. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 1991: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1996. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro, 1981. (Microdados).

_____. Censo Demográfico 1970. Rio de Janeiro, 1971. (Microdados).

CUNHA, J. M. P. BAENINGER, R.. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais** p. 117 a 167. Ouro Preto, 1999.

DEDECCA, Cláudio Salvadori Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. In **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1 (97), pp. 94-111, janeiro-março/2005

FAUVRELLE, T. A. ; TARGINO, I. O desempenho da economia paraibana no contexto nacional. João Pessoa: **Cadernos do LOGEPA**, v. 6, p. 76-98, 2011.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Pais: François Maspero, 1977.

GONÇALVES, J. A. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Revista Estudos avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Pid = S010340142001000300014 & script= sci_arttext.> Acesso em Abril de 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S; TONETO Jr., R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MACIEL, P. J., ANDRA, J., & Teles, V. Convergência regional brasileira revisitada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, p. 38:37–65, 2008.

MAGNO, V. B. SILVA, M.V. Uma análise espacial do crescimento da renda do trabalho dos municípios nordestinos **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 12, nº 2, 2013.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MOREIRA, I. T. **Nordeste: terra de arribação**.: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de mestrado em economia, Recife 1978.

MORENO, V. T. Fluxos migratórios Paraibanos e inserção do migrante de retorno no mercado de trabalho estadual. Dissertação de Mestrado em Economia – Universidade Federal da Paraíba, 2015.

MOURA, H. Migração Interna: Textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1972.

PEREIRA, A. G.; TUMA FILHO, F. D. A. **O Fenômeno Migratório Brasileiro no Contexto Capitalista** - The Brazilian Migratory Phenomenon in the Capitalist Context. Informe Gepec, Toledo, v. 15, número especial, p. 279-287, 2011.

QUEIROZ, Silvana N. Migrações, **Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. Tese de Doutorado em Demografia - Universidade Federal de Campinas, 2013.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 8ª ed. CEBRAP, Brasiliense, 1981.

TARGINO, Ivan. Desempenho do setor industrial paraibano na década de 2000. João Pessoa: UFPB/DECON, 2015.

[VASCONCELOS, Emanuelle Alicia Santos de](#); [MOREIRA, I. T.](#). A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993 a 2013. In **Revista da ABET**, v. 14, n. 1 p. 141-161, 2015.

Contato com o autor: Jéssica Nayara Dias Reis Santos <jessicandrs@hotmail.com>

Recebido em: 10/11/2015

Aprovado em: 24/04/2016

ⁱ Vale lembrar que as simples trocas migratórias não representam o ganho líquido de população local, apesar de servirem de parâmetro para a dinâmica demográfica do estado (BRITO; GARCIA; SOUZA, 2004). Nesse sentido, será utilizada a troca migratória como uma proxy de saldo migratório.

ⁱⁱ Aspectos da migração de retorno podem ser encontrados nos trabalhos de Queiroz (2013) e Moreno (2015).

ⁱⁱⁱ No início dos anos 1990, o Brasil sofria com elevada inflação e alta desigualdade social, endividamento público e desemprego. Com a implantação do Plano Real no final de 1993, a situação começou a melhorar. Para maior aprofundamento sugerimos a leitura do artigo O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).